



Quando o estudante acredita ser superior ao docente

Annalisa Cangelosi

Doutora em Pedagogia Experimental (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, Itália);
Docente e Pesquisadora na Antonio Meneghetti Faculdade
annalisa.cangelosi@libero.it

Resumo: No curso da própria carreira, cedo ou tarde, qualquer docente se depara com uma situação que não poderia imaginar no início do próprio percurso de trabalho. Trata-se da condição na qual o aluno toma a liberdade de se considerar superior ao docente, colocando em dúvida ou ridiculizando o papel do professor, deslegitimando a sua competência e função social. O quanto segue relatado nasce de um percurso de docência de mais de vinte anos, com estudantes de todas as idades e diferentes ordens e grau. Uma experiência internacional, no confronto com múltiplas culturas e sociedades. E, sobretudo, na constante e essencial troca de ideia com colegas que se encontraram nessa situação, mas não por isso deixaram de amar a profissão de docente. A problemática em questão pode assumir várias formas, diferenciando-se em múltiplos aspectos. Para uma síntese explicativa, os diferentes casos foram reunidos distinguindo-os em três fases principais: difamação, vitimismo, ameaça.

Palavras-chave: Docente; Estudante; Ontopsicologia

When the student believes to be superior than the professor

Abstract: In the course of their own career, sooner or later, any professor is faced with a situation that he could not have imagined at the beginning of his own work trajectory. This is the condition in which the student takes the freedom to consider himself superior to the teacher, putting in doubt or ridiculing the teacher's role, delegitimizing his competence and social function. What is reported here comes from a teaching career of more than twenty years, with students of all ages and different orders and grades. An international experience, confronting multiple cultures and societies. And, above all, in the constant and essential exchange of ideas with colleagues who found themselves in this situation, but that did not stop loving the teaching profession. The issue in question can take many forms, differing in multiple aspects. For an explanatory synthesis, the different cases were brought together, distinguishing them into three main phases: defamation, victimism, threat.

Keywords: Professor; Student; Ontopsychology

Cuando el alumno cree que es superior al maestro

Resumen: En el transcurso de su propia carrera, tarde o temprano, cualquier docente se enfrenta a una situación que no podía imaginar al inicio de su propia trayectoria laboral. Esta es la condición en la que el alumno toma la libertad de considerarse superior al docente, poniendo en duda o ridiculizando el papel del docente, deslegitimando su competencia y función social. Lo que aquí se informa proviene de una carrera docente de más de veinte años, con alumnos de todas las edades y diferentes órdenes y grados. Una experiencia internacional, enfrentando múltiples culturas y sociedades. Y, sobre todo, en el constante e imprescindible intercambio de ideas con compañeros que se encontraban en esta situación, pero que no dejaban de amar la profesión docente. El problema en

cuestión puede tomar muchas formas, difiriendo en múltiples aspectos. Para una síntesis explicativa, se agruparon los diferentes casos, distinguiéndolos en tres fases principales: difamación, victimismo, amenaza.

Palabras clave: Maestro; Estudiante; Ontopsicología

1 Introdução

No curso da própria carreira, cedo ou tarde, qualquer docente se depara com uma situação que não poderia jamais imaginar no início do próprio percurso de trabalho. Uma realidade que anos de estudo, formação e pesquisa – para chegar um dia, finalmente, de frente a um grupo de alunos – não são suficientes para impedir. Nem mesmo o professor animado pelas melhores intenções de realizar a própria “missão” de maneira impecável, e que se mantém em processo de atualização contínua, e regular revisão profissional, pode fugir a uma armadilha que frequentemente põe em risco o próprio profissionalismo.

Estou falando da situação na qual o aluno toma a liberdade de se considerar superior ao docente, colocando em dúvida – ou realmente ridiculizando – o papel do professor, deslegitimando a sua competência e função social.

O quanto segue relatado nasce de um percurso de docência de mais de vinte anos, com estudantes de todas as idades e diferentes ordens e grau (escola, universidade, cursos de formação etc.). Uma experiência internacional, no confronto com múltiplas culturas e sociedades. E, sobretudo, na constante e essencial troca de ideia com colegas que, como eu, se encontraram nesta situação, mas não por isso deixaram de amar a nossa profissão.

A problemática em questão pode assumir várias formas, diferenciando-se em múltiplos aspectos. Para uma síntese explicativa, reuni os diferentes casos distinguindo-os em três fases principais: *difamação*, *vitimismo*, *ameaça*.

2 Difamação

A primeira manifestação do problema vem com a difamação da figura do docente. Aqui se abrangem todas as formas de falta de respeito versus o papel do professor, como por exemplo uma *excessiva familiaridade*. É muito comum sentir jovens que se dirigem a professores com ampla formação como se fossem colegas de turma. Sobretudo hoje, um docente deve saber que dará aula a alunos que não percebem minimamente a distinção de idade, papel, experiência etc. entre ele e eles. Estudantes que tomam a liberdade de “fazer-se de difícil” quando devem entregar uma tarefa, justificando-se com o fato que “tenho muitas coisas para fazer”, talvez por estarem empenhados em um estágio de trabalho em tempo parcial.

Para um professor, hoje é mais difícil fazer-se respeitar e é comum cair na ingenuidade de conquistar o consenso em aula colocando-se como “amigo” dos alunos. É um pouco isso que acontece nos últimos anos dentro das famílias, onde a diferença pais-filhos é praticamente anulada, com inevitáveis repercussões sobre a credibilidade e autoritatividade dos adultos.

Certamente pode ser simpático brincar com os estudantes, compartilhar experiências pessoais etc. Mas é bom recordar o risco que tal familiaridade seja posteriormente adotada pelo aluno, que poderá iludir-se de ter já “chegado”, enquanto na realidade ainda é somente um estudante com tudo para ser demonstrado na vida. Consequentemente, muitas vezes acontece que também o aluno mais inteligente caia nessa armadilha e perca a humildade do contínuo aprendizado, sentindo-se já professor.

Há tempo um colega me contava que, tendo a cada semestre duas turmas com a mesma disciplina, às vezes se diverte a fazer um teste: com uma turma se comporta como professor, com a outra como amigo dos alunos. Segundo a sua experiência, a diferença de resultado é clara: o rendimento dos estudantes se reduz fortemente quando o docente se põe sobre o plano dos alunos e, além disso, é muito mais cansativo manter a aula sob controle.

Sintetizando, *fazer o “amigo” dos alunos não funciona*. Também porque o respeito e o amor entre docente e discente é algo de substancial, não depende do nível de familiaridade, a qual na verdade é frequentemente a antecâmara da falta de respeito. Sobretudo, o perigo maior é para o docente, se depois do momento de abertura não está pronto a reestabelecer os limites na relação com os estudantes, colocando “estacas” que impeçam a intrusão sobre o plano pessoal. Caso contrário, pode se encontrar na incapacidade de gerir o grupo, porque é percebido como colega e não mais como educador. Nesse ponto é fácil que, na comunicação com o professor, um ou mais alunos tomem a si liberdades inoportunas, como piadas infelizes, alusões de mau gosto etc. Pode-se alcançar verdadeiras zombarias do professor, considerado incapaz de desempenhar as suas funções, e para o qual, conseqüentemente, se avançam exigências que jamais um aluno deveria nem imaginar. Uma vez, uma jovem colega minha teve que lidar com um estudante que exprimia comentários sobre seu vestuário, perguntando se aquilo que vestia era um pijama. Uma outra professora, com anos de carreira nas costas, teve de enfrentar um aluno que, enquanto ela o estava corrigindo durante uma prova oral, a afrontou sarcasticamente em frente a todos dirigindo-se a ela como “tu”. Mas um dos casos que mais me abateu é aquele de um estudante de 18 anos que se permitiu

aumentar a voz e apontar o dedo, durante a aula, contra o coordenador do Curso (um profissional excelente), acusando-o de não saber desenvolver o seu papel.

No percurso de trabalho de um docente, esses casos são frequentes. Conto alguns episódios que vivenciei em primeira pessoa.

Depois de uma prova final de semestre, envio aos alunos um e-mail explicando que entregaria os resultados durante a próxima aula, para discutirmos juntos o andamento da prova e esclarecermos os pontos que suscitaram maior dificuldade. Acrescento que, em caso de necessidade, poderia fornecer a nota pessoalmente ou via e-mails individuais aos alunos. Entre as respostas dos estudantes, para concordar a modalidade preferida, recebo também esta mensagem da parte de uma jovem estudante: “Bom dia, professora Annalisa, os alunos estão exigindo a publicação das notas no Portal, porque em breve começarão as disciplinas de férias e falta essa nota”. “Exigindo”, penso, “que escolha verbal interessante”. Além do fato que, em seguida, eu soube que nenhum colega havia pedido à aluna de expedir essa comunicação, mas era uma sua iniciativa individual, decido de responder enviando um e-mail, não somente à jovem em questão, mas também a todos os outros estudantes daquela turma:

“Bom dia, recebi hoje a seguinte mensagem da parte de uma aluna do vosso grupo: ‘Bom dia, professora Annalisa, os alunos estão **exigindo** a publicação das notas no Portal, porque em breve começarão as disciplinas de férias e falta essa nota’. Além do fato que o Calendário Acadêmico foi alterado com a Resolução 02 de 30 de maio de 2018, devido à suspensão que recebemos para a greve, portanto não estamos atrasados, mas perfeitamente em tempo, a questão é que eu geralmente prefiro entregar as notas individualmente (pessoalmente ou via e-mail) antes da sua publicação, também

para explicar a cada aluno de onde nasce aquele número que encontra no Portal e para esclarecer eventuais pontos errados e não claros da prova. Também a explicação das provas é parte da didática e formação do aluno, pelo menos assim eu trabalho por quase duas décadas”. E concluo renovando a possibilidade de explicação individual dos resultados e confirmando a publicação das notas no Portal.

Uma das estratégias eficazes, quando se recebe um “ataque” de um estudante (que pode estar escondido por trás de uma simples palavra, como nesse caso o verbo “exigindo”), é aquela de *repetir descaradamente a frase do aluno*, em frente a todos. De tal modo se “desmascara” o ataque, retornando-o ao remetente, e é também um ótimo modo para manter o destaque e não se fazer tocar dentro.

Um caso frequente é aquele dos alunos que se lamentam por uma nota, em alguns casos considerada “injusta”, se não ainda “intolerável”, do ponto de vista deles. Um tempo atrás, um estudante que não havia atingido a média mínima de 7 para evitar o exame, chegando a 6,5 e sendo ajudado em tudo aquilo que era possível nas avaliações, me escreve reclamando que “faltava somente 0,5” e aludindo à probabilidade de uma sua retirada de todo Curso, uma vez que eu não havia aumentado a sua nota. Não aceito a provocação, mas respondo ao aluno que, para aumentar meio ponto na média entre as duas notas, “faltava” 1, não 0,5 e acrescento que, se ele entende de merecer uma nota mais alta, estou à disposição para organizar o seu exame.

Em situações como essa, é importante *manter o ponto* – naturalmente com elegância e falando com os números à mão – também por respeito pelo empenho dos outros estudantes. De outro modo, se perde credibilidade e os discentes associam que, basta considerar a

retirada do Curso, e o professor corre a aumentar a nota para não perder alunos¹.

Um outro caso interessante é aquele de um menino muito preparado, que porém por motivos não justificados totaliza três horas de ausência mais do que o máximo permitido. Teoricamente deveria ser reprovado, mas, tratando-se de um estudante brilhante, decido – com o acordo da Secretaria Acadêmica e da Coordenação – de conceder-lhe a possibilidade de responder a três perguntas (uma para cada hora) no curso do exame final do semestre. Inicialmente o aluno concorda e agradece pela oportunidade. Mas depois de algumas horas, durante as quais não decorre algum tipo de troca de mensagens entre eu e ele, recebo este seu apontamento: “Bah, professora, reprovar por falta é sacanagem. Meio ano de estudo e aprendizado removido do meu currículo por não conseguir ir nas aulas. Sem falar do dinheiro investido”. Não respondo nada, mas informo a Coordenação que não iria cancelar as três horas em excesso, não obstante a preparação excelente do aluno. Na semana seguinte me dirijo para o exame e encontro o estudante a me esperar em frente à porta da sala. Cabeça baixa, sorriso de desculpas. Olho ele de relance e entro sem dizer-lhe uma palavra. Segue-me. Senta-se. Ao lado têm alguns dos seus colegas que devem realizar o exame. Início a fazer perguntas a eles, sem minimamente considerar o aluno, o qual inicia a “suar frio” porque se dá conta que o que fez foi realmente grave. Em um certo ponto, enquanto estou conversando com um dos examinandos sobre a humildade que os jovens devem possuir para entrar no mundo do trabalho, me volto ao estudante e pergunto a ele: “Por exemplo, P., o senhor tem algum exemplo a dar sobre esse argumento?” Semiparalisado, inicia a se desculpar de todos os modos possíveis e imagináveis.

¹ Acerca disso, verificar o item 3 Vitimismo.

Aceito as desculpas, e o ajuda a conscientizar a causa do que aconteceu e porque a “sacanagem” é – eventualmente – enviar uma mensagem do gênero a uma professora, que além disso se demonstrou disponível a ajudar muito além do que o regulamento institucional permite. Concluído o exame com ótimo resultado (aumentando, além disso, a média que tinha), o aluno agradece e também reforça outra vez as suas desculpas pelo comportamento inoportuno. Caloroso aperto de mãos, concluímos o assunto com um sorriso.

Uma outra forma de difamação da parte do estudante perante o docente (e, indiretamente, também a instituição) pode evidenciar-se no *ocupar os espaços reservados aos professores*. Por exemplo, não é raro encontrar alunos que conversam entre eles nas salas ou nas mesas exclusivas dos docentes. Tudo isso, sendo claramente indicado que aqueles locais não são para os estudantes e, ademais, tendo à disposição várias outras opções de lugares de agregação, como bibliotecas, salas de estudo, áreas equipadas com mesas e cadeiras, e assim por diante. Acontece frequentemente que os docentes são forçados a procurar outros ambientes de trabalho e tudo isso é feito sob os olhos dos professores, funcionários, pais dos alunos, mas sobretudo, outros estudantes, que imitando começam a fazer o mesmo.

Poder-se-ia argumentar que tudo isso não é mais do que uma “formalidade” e que o respeito de um aluno para um professor bem se demonstra em outros modos. Talvez seja assim. Mas é lícito perguntar-se *por que ocupar justamente aqueles lugares*, embora existam diversas outras soluções. Talvez porque não se considera necessário que sejam reservados espaços exclusivos aos docentes? Afinal, “somos todos iguais”, não há distinção entre um jovem estudante e um professor com anos de carreira de estudo, trabalho, formação, experiência, sacrifícios... Na realidade, o respeito às “hierarquias” é

essencial para manter a ordem em uma instituição e, sobretudo, o docente deve ter claro dentro de si que não se encontra no mesmo plano dos discentes.

O fato de utilizar os espaços dos professores pode também disfarçar um sutil desprezo, por parte do aluno, perante a universidade ou escola etc., por negligência do seu regulamento e das suas disposições escritas. Basicamente, é um comportamento que não faz honra ao estudante e torna medíocre a imagem da instituição.

Uma outra atitude que indica falta de respeito para com os professores, de modo mais ou menos velado, é aquele das perguntas “traíçoiras” feitas pelo discente. Por exemplo, não todos os esclarecimentos que os alunos requerem nascem de uma real exigência de conhecimento. Alguns são verdadeiros e próprios “testes” por meio dos quais o estudante pretende medir a preparação do docente. Quem ensina sabe que está sob um “scanner” contínuo da própria personalidade, do modo no qual se veste ao seu nível de competência, aos deslizes que comete etc. Em tudo isso não haveria nada de mal se não fosse que, por vezes, esta “radiografia” do aluno supera os limites, e a pergunta não é mais somente uma verificação do conhecimento do professor sobre um certo argumento, mas sim um modo para colocá-lo em dificuldade em frente à turma. Pior ainda, quando a pergunta se torna a ocasião para confrontar a resposta de um docente com aquela ofertada por um outro professor para o qual o aluno precedentemente colocou o mesmo quesito. Recordo uma vez, em uma aula de MBA, um estudante que me pergunta um esclarecimento sobre um argumento do qual emana uma acesa discussão, na qual o aluno tenta de todas as formas tirar da minha boca uma consideração contraditória com aquilo que eu estava ensinando. Terminada a aula, um grupo de alunos se aproxima e me explica que aquele estudante, em uma aula

precedente, havia perguntado a mesma coisa a uma colega minha. Respondo-lhes: “Mas a professora A. o que respondeu?” “Como a senhora, e nasceu uma forte discussão como hoje!” Sorrio e explico-lhes que aquele fato confirma a coerência teórica do que é ensinado nas várias disciplinas do Curso.

Mas nem sempre temos sorte assim. Às vezes acontece de dar respostas diversas daquela de um outro professor, e precisa saber dar um jeito para salvar tanto a própria imagem quanto aquela do colega. Faz um tempo me encontrei na situação de dever responder a uma pergunta de um estudante sobre um argumento que não faz parte em sentido estrito da disciplina que ensino, mas que conheço. Fornecida a explicação, o aluno e toda a turma me informam que a minha resposta é diversa daquilo que haviam estudado com um colega meu. “Mas se já haviam perguntado ao professor de vocês, por que perguntar também a mim?”, eu penso. Claro, para fazer um confronto. Como reagir, nesse caso?

Antes de tudo é boa regra evitar entrar em competição com o colega, mas, aliás, manter aos olhos dos estudantes um profundo respeito pela visão do outro professor (também se contrastante com a própria). Na verdade, sustentando o nível de credibilidade do docente, por exemplo encontrando um modo diplomático de justificar a resposta diferente, se colabora à salvaguarda de toda a “categoria”. Se depois se considera que possa ser útil, se pode falar privativamente com o colega, explicando o acontecido e confrontando-se sobre os conteúdos.

De qualquer forma, para prevenir esse tipo de “jogo” da parte dos alunos é essencial *salientar a dignidade dos colegas professores em toda circunstância*, também nos aspectos aparentemente “formais”. Por exemplo, eu os chamo sempre “professor” ou “professora”, quando os nomino na

presença dos alunos, e solicito que os estudantes façam o mesmo. E quando alguns deles argumentam ter uma relação de amizade etc. com aquele/aquela docente, que chamam habitualmente pelo nome, concordo que fora podem fazer como querem, mas durante as minhas aulas os docentes se chamam “professores”. Explico que, no respeito a figura profissional de um docente, o aluno dá honra não somente ao professor, mas em primeiro lugar a si mesmo. Posso garantir que, depois das primeiras, imagináveis, resistências da parte de alguns estudantes, essa norma, inicialmente impopular, é apreciada e reforça também a nossa imagem.

Um último aspecto que quero tratar nesse ponto é a (hiper)crítica dos alunos contra um docente ou um curso em geral. Aconteceu-me mais de uma vez de sentir estudantes se lamentarem, de modo mais ou menos agressivo, contra disciplinas, professores ou cursos, considerados por eles “mal estruturados”, “inúteis”, “chatos” etc. Uma colega minha teve que enfrentar uma verdadeira e própria revolta por parte de um grupo de alunos contra um curso, nascida de um descontentamento de um restrito núcleo de discentes que em seguida, também graças à rapidez comunicativa ofertada das atuais aplicações telefônicas, se espalhou como uma mancha de óleo.

Ora, ninguém veda a um aluno de contestar professores, disciplinas e inclusive cursos inteiros e, em certos casos, pode acontecer que a insatisfação de um estudante revele um problema real. Todavia, para que a queixa não resulte em uma inútil crítica ao vazio, é imprescindível que o aluno mostre *responsabilidade e propositividade*, por exemplo oferecendo a própria contribuição construtiva para melhorar na prática a situação que não lhe agrada. É fácil contestar sem oferecer uma alternativa. Portanto, precisa “colocar à prova” o aluno, pedindo-lhe como agiria

ele concretamente e fazendo “o advogado do diabo” para fazer sentir sobre a pele do discente o que se experimenta quando alguém (hiper)crítica. Por exemplo, uma professora de uma escola que conheço se encontrava em aula com uma estudante que balançava continuamente a cabeça durante a sua aula, evidentemente mostrando o próprio descontentamento pela explicação. Após ter procurado compreender os motivos do descontentamento da menina, a qual, em vez disso, não oferecia esclarecimentos, mas continuava teimosa em fazer “não” com a cabeça, a docente chamou a aluna ao quadro e a pediu para continuar com a aula. Depois disso se sentou na mesa da estudante e começou a balançar a cabeça a cada palavra da menina. Alguns poderiam considerar essa medida didática excessiva, se não ainda “sádica”. Na realidade, é uma forma de responsabilização a fim de que o discente adquira uma *forma mentis* cooperativa na relação com a sociedade, e não se estruture em uma rígida contestação a todo o custo, contra o mundo dos adultos.

3 Vitimismo

Sucessivamente ou em paralelo à fase de difamação, acontece frequentemente que o estudante se faça de vítima do docente, o qual é acusado de “insensibilidade”, “crueldade”, se não ainda “ódio” pelos alunos. Às vezes um professor fica surpreso em ver a sua atitude mal compreendida. Por exemplo, hoje é complicado repreender um estudante pelo seu comportamento em aula, porque a firmeza do docente é facilmente tomada por “violência” nas relações com o discente. Sobretudo as novas gerações, crescidas em um modo “virtual” e privadas dos naturais e sadios sacrifícios que as gerações mais adultas, ao contrário, conheceram, se revelam fracas no adaptar-se às situações e superar as dificuldades. Qualquer fator que cria

uma novidade problemática é visto com ansiedade pelo jovem, em vez de ser percebido como ocasião de crescimento.

Em termos práticos, isso significa que um professor deve agir com extrema cautela quando corrige ou repreende um estudante, para não ser etiquetado como “mau”, “duro” ou ainda “sádico”. Conto dois casos que considero emblemáticos daquilo que brevemente mencionei.

O primeiro é aquele de um aluno que repetitivamente desempenha as tarefas para casa de maneira diferente do que é necessário e que, a cada convite meu a pôr maior atenção na fase de preparação dos trabalhos, responde com uma presunção que no tempo assume uma aparência de arrogância. Depois de duas, três, quatro, cinco vezes, compreendo que é o caso de ser direta com o estudante, o qual evidentemente finge não entender. “Bom dia, Senhor C.”, o escrevo, “recebi as suas tarefas sobre Autonomias e sobre o início do capítulo dos Desvios da juventude mundial. Autonomias: eu tinha pedido para fazer um resumo de 10 linhas no máximo e o senhor fez um de duas páginas, e depois, quando pedi para reenviar a tarefa correta, me encaminhou uma síntese de 20 linhas. Desvios: tinha pedido para sintetizar em 5-10 pontos-chave (breves, frases simples, não um resumo) e o senhor não me enviou o trabalho dentro do prazo estabelecido, e depois encaminhou um resumo de 19 linhas. Infelizmente não é a primeira vez que o senhor “modifica” as tarefas propostas (as quais têm uma lógica, o posso garantir, embora o senhor não o compreenda ou não concorde) e move também críticas a tais tarefas. Espero que seja a última vez. Espero que seja possível trabalhar de modo mais cooperativo e funcional. Espero também as tarefas corretas.” Resposta do aluno: “Boa noite senhora Annalisa, penso que ao iniciar um raciocínio sobre um argumento, no curso do mesmo, deixo-o fluir e escrevo, porém se sou limitado a escrever somente e

sempre dez linhas, sinto a minha inteligência e o meu raciocínio reduzido, e provavelmente desenvolverei esse hábito. Porém não vejo nenhum problema em fazer segundo como está pedindo, certamente o farei! Por outro lado, estou fazendo o Bacharelado para uma realização pessoal, visto que gosto do tema e me realizo dentro dessa ação. Portanto, queria que soubesse que é bem-vinda se compreende que eu não tenho o perfil para isso, compreenderei e me retirarei do Curso, sem problema nenhum! Grato pela compreensão!”

Não me altero, mas serenamente aviso a Coordenação do Curso sobre como entendo proceder e envio uma contrarresposta, informando o estudante que “adquirir a capacidade de elaborar síntese é fundamental na formação acadêmica” e que “aquilo que o senhor percebe como ‘limite’ é, na verdade, um estímulo ao desenvolvimento intelectual”. E sobre o segundo ponto exposto no e-mail do aluno, isto é, a possibilidade de retirar-se do Curso, rebato simplesmente: “Não consigo encontrar nenhuma relação entre essa sua afirmação relacionada à permanência no Curso e a minha sugestão de ser mais colaborativo e menos crítico. Espero que os professores ainda tenham a liberdade de oferecer sugestões aos alunos. Em todo caso, estou feliz que o senhor gosta muito do tema e se realiza nessa ação. Bom trabalho a todos nós.”

Hoje esse é um dos estudantes mais respeitosos e cordiais, exemplar no comportamento em aula e dotado de um senso de colaboração e responsabilidade admirável. Foi suficiente mostrar segurança, sem cair na chantagem infantil do “se você me critica, eu me vou”, reafirmando a autonomia e a autoritatividade no exercício do papel de docente.

Às vezes precisa ter a coragem de *mostrar firmeza*, também ao custo de arriscar perder um aluno. Se em risco há a liberdade de levar adiante um projeto

pedagógico fundamentado sobre a responsabilidade, ao invés do assistencialismo, não se deve ceder à pressão de um com a inevitável consequência de prejudicar os outros estudantes. Caso contrário se entra em um círculo vicioso medíocre para todos.

Um segundo caso, com repercussões mais complexas do que o precedente, tem como protagonista uma jovem estudante de 18 anos, válida, inteligente e também bela. Durante uma aula sobre as tipologias constitucionais, tomo como exemplo alguns dos alunos presentes para mostrar “ao vivo” as características que estamos estudando. Entre os estudantes que escolho como “cobaias”, chamo também essa aluna, típica tipologia Minerva (MENEGETTI, 2008, p. 232), portanto, uma mulher que se distingue pela própria inteligência e que conserva na própria intelectualidade – e não no próprio corpo – a maior força e riqueza. Visto que a aula é um laboratório aberto, e do momento que, contemporaneamente, estamos estudando a fisionômica do empresário (MENEGETTI, 2004, pp. 31-35), portanto como utilizar o próprio físico e o estilo de roupa de modo eficaz no trabalho, comento juntamente com os alunos algumas suas fotos de perfil de WhatsApp. Por exemplo, mostro que um dos estudantes mudou a própria imagem, na qual estava de peito nu na praia, por uma na qual está vestido de terno e gravata, e explico que foi uma escolha inteligente, considerando as suas ambições como futuro advogado. As empresas, públicas ou privadas que sejam, de todo modo verificam tudo de um provável candidato, também os perfis do Facebook e WhatsApp. Portanto, é necessário ser prudente com aquilo que se “posta” na internet, para não se encontrar em seguida em situações desagradáveis. Naquele ponto, convido os colegas a observarem a foto da aluna em questão, indicando qual associação imediata

provoca neles. Um dos presentes comenta: “Provocante”; um outro: “Convida a ir para a cama”. Então intervenho esclarecendo à aluna que aquela imagem não corresponde à sua verdadeira natureza e que ela, sendo uma pessoa muito inteligente e séria, deve prestar atenção a não fornecer uma imagem de si mesma diversa daquela da realidade, para não prejudicar a própria realização profissional. A aluna responde que está chocada e que nunca tinha pensado uma coisa do gênero. “Certamente”, esclareço, “a senhora não colocou essa foto com tal objetivo, nós sabemos, mas tal imagem provoca nas pessoas esse tipo de reação. Portanto, agora que sabe, pode escolher eventualmente uma foto que melhor represente a sua inteligência e seriedade que nós todos conhecemos”.

Aparentemente a questão termina ali. Uma semana mais tarde, recebo uma visita da Coordenação e da Direção da instituição para me informar que a família da aluna pretende me denunciar. Fico espantada. “Como é possível?”, penso, “Eu ofertei um serviço à menina, ajudando-a a conscientizar os seus pontos de força e a precavi de problemas futuros... e ela quer me denunciar?” Parece inacreditável, mas é exatamente aquilo que aconteceu. Felizmente a família não procedeu com a denúncia, mas devo admitir que a minha estima pela estudante – até então, uma das alunas que mais admirava – é fortemente diminuída em seguida desse evento, porque acusar a professora de “ofender os alunos e fazê-los envergonhar pela sua vestimenta, foto e personalidade” não é honesto intelectualmente.

De qualquer modo, também essas são experiências que mostram que *a prudência nunca é demais quando se lida com seres humanos*, sobretudo com as últimas gerações de tipologia “juventude do iPod” (MENEGHETTI, 2011, pp. 133-149). Hoje não é fácil impostar uma didática meritocrática e realmente

pedagógica, porque a educação recebida pelos estudantes em casa é sempre menos responsabilizadora e mais complacente. Também os genitores não são mais livres de criar os próprios filhos como gostariam, porque na primeira punição pode desencadear a autoridade judiciária. A tal propósito, Meneghetti (2013 pp. 66-67) observa:

Contudo hoje existe um assistencialismo excessivo, que substitui aquele sacrifício natural que depois cada um deve aprender na vida. Além disso é preciso considerar que a sociedade atual é muito pesada, tudo está sob lei e não existe quase mais uma vida privada como havia uma vez. Em um tempo, um filho era exclusivamente dos seus pais e era uma alegria. Hoje um filho é primeiro do Estado, depois da sociedade e os pais são somente empregados. De fato, qualquer um pode acusar que uma criança não é suficientemente assistida e, subitamente, intervêm os assistentes sociais, a polícia feminina, o Telefone Azzurro [Serviço telefônico italiano de voluntariado para a tutela da infância contra os riscos de abusos e maus tratos], etc. Um motivo pelo qual os jovens da sociedade ocidental não se casam é que o Estado entrou em demasia na família primordial, isto é, um filho é observado continuamente pela escola, pelos hospitais, pelos assistentes sociais, e não é mais um prazer.

Porém, é preciso refletir também sobre um fato. É inútil oferecer todo esse assistencialismo às crianças, sempre dar razão à elas, facilitá-las em tudo, quando depois na idade de 14 anos existe a prisão, as multas, a dureza de uma sociedade repressiva etc. Não se entra em uma sociedade fácil, portanto é melhor uma pedagogia mais severa e mais responsabilizante, para preparar as crianças para uma sociedade muito dura e violenta como é hoje [...]. Os gênios nasciam mais facilmente uma vez – e não hoje – quando a pedagogia era dura, porque as durezas na infância ativam reações criativas.

A nível acadêmico, tal contexto determina um *nivelamento na formação*, com conseqüente redução das

competências e da competitividade dos estudantes, nossos futuros políticos, economistas, advogados, jornalistas, médicos e assim segue. Essa situação é já em avanço, e não é raro escutar, a exemplo na rádio ou em televisão, discussões nas quais os participantes são desprovidos das mínimas noções de cultura geral e habilidades linguísticas. No passado não era assim, quem tinha a possibilidade de se exprimir através dos meios de comunicação (jornais, televisões etc.) eram pessoas qualificadas, e para verificar isso é suficiente ler textos ou assistir a vídeos de espetáculos de algumas décadas atrás. Isso não é tanto um efeito da “massificação do ensino”, como se pode pensar. Porque estender a todos a possibilidade de estudar é uma forma de enriquecimento de uma sociedade, se simultaneamente é mantida a oportunidade para os melhores se distinguirem (meritocracia). O verdadeiro problema é a dificuldade que os educadores sofrem no dever atuar constantemente medidas pedagógicas “diplomáticas” para não arriscar uma denúncia ou uma demissão. Se, além disso, consideramos que os jovens são dotados de “antenas” para captar os pontos fracos dos adultos e são hiperinformados sobre os próprios direitos (e muito menos sobre os próprios deveres), nos damos conta que dispensar uma “punição terapêutica” a um estudante hoje, em sentido didático, é praticamente impossível.

Tudo isso pode ser frustrante para quem crê na docência como profissão-missão. Mas aquilo que é pior é que se pode sentir-se sozinho e em perigo no próprio cotidiano de trabalho. Também porque todos sabemos que qualquer profissional, se faz bem com cem pessoas, nenhum diz nada. Mas se lamentavelmente acontece um problema com uma, é colocado na cruz.

4 Ameaça

O risco de ser considerado “mau”, somente porque é exigente, faz com que os professores sejam frequentemente impedidos ou, pior ainda, renunciem a gerir a aula com disciplina, também em situações que requerem pulso firme. Daqui é fácil alcançar a situação paradoxal – mas, infelizmente, real – na qual o docente é submetido a ameaças, se não a verdadeira e própria violência psicofísica, por parte dos alunos (e, em certos casos, também dos genitores desses últimos).

Para introduzir tais reflexões, trago um desenho (Fig. 1) que apareceu faz alguns anos na rede, que representa de modo excelente, e com amarga ironia, a presente questão.

Em poucas décadas, a relação docente-discente se transformou, com a figura do professor que é passada, de uma posição de autoritarismo (talvez excessivo) do passado, a uma, atual, de submissão mais ou menos manifesta nas relações dos alunos. Se depois a esses últimos se aliam os genitores, a situação pode revelar-se ainda mais pesada.

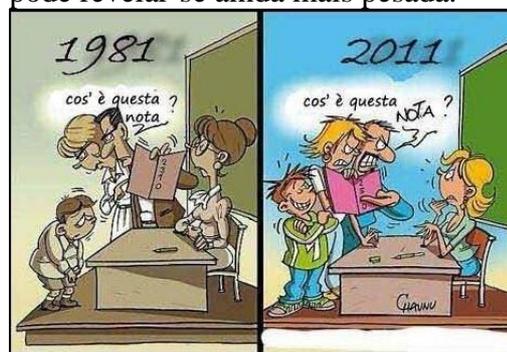


Figura 1 [Trad. O que é esta nota (de sanção disciplinar)?]

Diversos casos, também recentes, levantaram a indignação da opinião pública, levando ao centro das atenções a agressividade da qual diversos professores tornam-se objeto, e constringindo a refletir sobre como (re)impostar as relações de força no interior das dinâmicas educativas.

Por exemplo, na Itália no ano de 2018 se falou muito de uma professora de

uma escola de Velletri, nos portões de Roma, que foi ameaçada de morte por um aluno. O jovem, durante uma discussão com a docente sobre o seu comportamento mantido na aula, a intima de não proceder com uma nota de sanção disciplinar, caso contrário a “dissolveria no ácido”. Tudo isso é filmado com o telefone de um colega do jovem, entre as risadas dos outros companheiros da turma, e publicado na internet, onde rapidamente o vídeo se torna viral.

Um outro caso que suscitou acesas discussões, tem como protagonista um professor de Lucca, o qual tornou-se alvo da ira de um aluno por uma nota baixa. Na cena, filmada por um amigo do jovem, no riso geral, o estudante pega e bate o livro eletrônico do docente, gritando para ele “ajoelhar-se”. Seguem depois outros estudantes que se uniram ao jovem para afrontar ameaçadoramente o educador. Também nesse caso, o fato despoeva em rede.

Interrogada sobre a questão, a então ministra da instrução, Valeria Fedeli, sustenta que “a autoridade do professor se entrelaça de modo estrito, aos olhos das jovens e dos jovens, com aquela dos genitores”, acrescentando que iriam ser punidos não somente os protagonistas das ameaças, mas também os alunos que gravaram com o telefone sem intervir na defesa do professor. Para que casos como esse não ocorram mais, a ministra esclarece que é indispensável salvar a categoria inteira: “A figura do docente deve ser adequadamente reconhecida, respeitada, valorizada” (BULLISMO, 2018).

Consultado sobre o caso de Lucca, Fabio Celi, psicólogo e docente de psicopatologia do desenvolvimento nas Universidades de Parma e de Pisa, desempenha uma aguda análise sobre o comportamento do professor, o qual – como se observa no vídeo – não reage às ameaças dos alunos, ao contrário da professora de Velletri, a qual sai da aula e

chama o diretor da escola. Por que tal atitude? Afirma Celi:

Temo que a motivação mais acreditável, nesse caso, seja aquela da impotência aprendida [...] cansaço e desconfiança em qualquer tipo de método, o mecanismo pelo qual nos damos conta que tudo aquilo que fazemos tem consequências negativas ou nulas. [...] O fato que a Magistratura tenha intervindo é significativo: todos os outros entes responsáveis a conceder prêmios ou punições faliram. Um outro motivo pelo qual o professor pode ter decidido permanecer em silêncio é a consciência de que qualquer ação executada pode desencadear a intervenção de um advogado. (COVIELLO, 2018)

Pois bem, hoje é perigoso defender-se, basta colocar um dedo sobre qualquer um para ser denunciado por agressão, também se se trata de “legítima defesa”.

Mas como deveria se comportar o professor, encontrando-se naquela condição?

Um professor em uma situação similar deve reafirmar com compostura a própria autoridade, sem colocar-se sobre o plano do provocador, mantendo a calma. E, a sangue frio, depois ao final do episódio, programar uma punição exemplar. Mas aquele que se ouve no vídeo torna esse discurso muito teórico e abstrato: todos os outros jovens zombam, a autoridade já foi perdida, e uma intervenção desse tipo pode não ter possibilidade de aplicação. (*Ibidem*)

Celi prossegue sobre a relação da escola com as famílias:

É necessário que dentro e fora da escola, e portanto em casa, seja compartilhado o mesmo código. [...] A responsabilidade da ruptura do pacto escola-família é de ambas as partes. A escola, em uma enorme quantidade de casos, não é capaz de comunicar o significado da autoridade, é objetivamente injusta, no

passado vexatória [...] é difícil manter a credibilidade. (COVIELLO, 2018)

E sobre o papel que a família deveria jogar, neste panorama: “Se os genitores não confiam na escola, fazem bem em mudá-la, mas se decidem que é adequada para o próprio filho, então devem aliar-se com os seus professores, com o objetivo comum da educação. Não devem se tornar os advogados dos filhos”.

Acontecimentos como esses são comuns em todo o mundo. Por exemplo, no Brasil, dois episódios suscitaram fortes polêmicas nos últimos tempos: aquele de uma professora de um colégio catarinense, a qual em 2017 foi atingida com um soco no rosto por um aluno (PROFESSORA, 2017), e o caso de um docente agredido e humilhado em uma escola no Estado do Rio de Janeiro, em 2018 (LEGAL, 2018). Uma pesquisa da Organização pela Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, sobre uma amostra para além de 100.000 professores e diretores de escolas do segundo ciclo de instrução fundamental e de instrução média, mostra que o Brasil ocupa a primeira posição na classificação da violência escolar. Segundo o estudo, que interessa 34 Países e faz referência a 2013 (uma nova pesquisa de dados era prevista para 2019), 12,5% dos docentes brasileiros se declararam vítima de intimidações e agressões verbais por parte dos alunos, pelo menos uma vez à semana (TENENTE; FAJARDO, 2017). Um fator alarmante e do qual é bem compreender a origem.

A pesquisadora Rosemeyre de Oliveira, da PUC-SP, individua na *impunidade dos estudantes* a razão desses percentuais. “O aluno que agride o professor sabe que vai ser aprovado. Pode ser transferido de colégio – às vezes é apenas suspenso por oito dias. Os regimentos escolares não costumam sequer prever esse tipo de crime. Aí, quando ele ocorre, nada

acontece” (TENENTE; FAJARDO, 2017).

Segundo a socióloga Miriam Abramovay, especialista em jovens e violência nas escolas, o aluno desencadeia comportamentos violentos como resposta a uma exclusão da dinâmica da classe. A estudiosa considera que a escola exerce uma “violência institucional” tanto sobre os docentes quanto sobre os alunos. Esses últimos, quando colocados em situações-limite, reagem com agressividade contra a figura institucional mais próxima, ou seja, o professor.

Andrea Ramal, colunista do G1 e especialista em instrução, atribui à considerada “síndrome do imperador” a principal causa da opressão dos docentes por parte dos discentes. “Não estabelecer limites, quase nunca dizer ‘não’ e fazer todas as vontades de crianças e adolescentes são ingredientes-bomba” (TENENTE; FAJARDO, 2017). A raiz de tal síndrome está na família, na qual os filhos sempre mais frequentemente assumem comportamentos ditatoriais sobre os adultos, em primeiro lugar sobre os genitores. Portanto, a violência nas escolas, segundo Ramal, não é mais que um reflexo do tipo de educação recebida em casa.

Sobre essa temática se poderia falar ao infinito, trazendo exemplos de cada gênero e dos mais remotos ângulos do planeta. Certo é que as casuísticas descritas oferecem uma visão da relação docente-discente bastante desanimadora. Estamos bem longe da humildade e da deferência do discípulo para com o mestre, próprias por exemplo das universidades medievais, como maravilhosamente representado por Dante Alighieri em uma das páginas mais profundas da sua *Comédia*:

*que na mente me aflige ainda agora,
a tão cara e boa imagem paterna
vossa, quando no mundo, de hora em hora,
me ensináveis como o homem se eterna*
(Inferno, Canto XV, vv. 82-85)

5 Propostas de solução

Como gerir essas situações? Como manter autoritatividade com os estudantes sem cair em uma forma de autoritarismo? Para além do quanto já explicado nas páginas precedentes, o ponto-chave consiste no *restituir dignidade e valor à figura do docente*, reforçando o orgulho do exercício da nossa profissão. Cada professor é uma realidade por si só, e portanto deve aperfeiçoar as próprias, individuais estratégias. Não obstante, algumas sugestões deduzidas pela experiência podem resultar válidas.

1) Recordar-se sempre dos sacrifícios feitos para chegar a ensinar, sobretudo dos obstáculos maiores que foram superados. Por exemplo, quando ocorre uma dinâmica de aula pesada, é suficiente um momento de contato com a imagem de um objetivo importante para colocar o resto em relatividade e se focalizar novamente em si mesmo.

2) Aperfeiçoar continuamente o próprio profissionalismo, mantendo uma profunda ética e coerência com qualquer um e em cada circunstância. Isso garante a integralidade da nossa força interior, que permite gerir também as situações mais difíceis com serenidade e resultado de sucesso.

3) Cultivar interesses, prazeres e – se compatível – outros trabalhos além da docência. Isso é importante também para dar aos alunos em superabundância, não por compensação. O real amor (MENEGETTI, 2001, p. 14) é oferecer ao outro alguma coisa que o aumenta e que nasce da própria superabundância; não significa ocupar o outro.

4) Não esperar o reconhecimento do próprio valor, mas sabê-lo. Isso já impõe respeito nas pessoas que se relacionam conosco. Se nós queremos que os outros nos respeitem, devemos aprender por primeiro a respeitarmos nós mesmos.

5) Ser cordial e disponível com os alunos, mas nunca ingênuos, também no caso de manifesta admiração por parte deles. Um provérbio italiano diz: “Confiar é bom, não confiar é melhor”.

6) Preservar o próprio espaço de vida individual, oferecendo aos alunos unicamente o serviço técnico nos limites da relação profissional. Os estudantes frequentemente manifestam uma curiosidade pelos interesses, a casa, as relações pessoais de um professor, mas abrir a eles as portas do próprio íntimo não convém, enquanto facilmente se cria confusão nos objetivos da relação docente-discente, com perda para ambas as partes.

7) Afirmar a própria autoritatividade na sala de aula desde o primeiro dia de aula, impostando o modo de relação com os estudantes, definindo as diretas de convivência. “Pactos claros, amizades longas”, é comum dizer, e é verdade.

8) Não entrar em disputa com os discentes, enquanto isso determina de qualquer forma um desperdício de energia e dificilmente implica uma vantagem. Melhor “escapar”, se necessário também utilizando a ironia para desdramatizar uma situação de tensão, e poder individuar o momento mais oportuno para “disparar”, em sentido didático.

9) Em caso de dificuldade com um estudante ou um grupo de alunos, informar imediatamente os responsáveis da instituição onde se trabalha (coordenação, direção etc.), de modo proativo, oferecendo alternativas de solução. Sobretudo, procurar antecipar o problema nascente, antes que exploda de forma manifesta.

10) Revisar a própria consciência por meio de regulares consultorias ontopsicológicas de autenticação. O Em Si ôntico, ou seja, o projeto de natureza individual de qualquer ser humano (MENEGETTI, 2002), se interessa pelo sujeito em 360°, “radiografando” a

existência momento a momento. Em Ontopsicologia, um dos instrumentos de leitura da comunicação do Em Si ôntico é a análise dos sonhos, os quais, nos docentes, frequentemente tratam de questões didáticas, constituindo um instrumento precioso e extremamente econômico de conhecer e gerir e própria vida (MENEGETTI, 2003).

6 Conclusão

Naturalmente, o quanto tratado no presente escrito não abrange a totalidade dos alunos, mas somente uma parte. Com a maioria dos estudantes é um prazer poder compartilhar momentos de aprendizagem-ensinamento, com crescimento pessoal e profissional de ambos os lados. Todavia, justamente para garantir um serviço eficiente aos alunos de valor, precisa saber-se prevenir dos riscos que resultam quando o estudante acredita ser superior ao docente.

Pessoalmente, cada vez que entro em uma sala, recordo a mim mesma um conselho, um dos tantos que tive o privilégio de receber nos anos de formação e trabalho ao lado do Acad. Prof. Antonio Meneghetti. Em uma manhã de sol, sobre a esplêndida praia de Quatro Ilhas no Brasil, durante uma conversa sobre algumas aulas que ministrara junto à Faculdade Antonio Meneghetti, o Professor se vira para mim com uma frase que não esqueci nunca: “Annalisa, lembre-se sempre que os estudantes no início te admiram e aprendem... e depois te desprezam. E a sociedade é feita assim”.

Apesar de tudo, precisa insistir, porque a nossa profissão é preciosa. Nós formamos médicos, políticos, engenheiros, juízes, administradores, artistas, informáticos, professores etc., futuros responsáveis do bem-estar e da convivência pacífica do ser humano sobre esse planeta. Qualquer profissional, para tornar-se tal, no curso da própria vida passa por muitos docentes, os quais

auxiliam o seu crescimento em um ou mais aspectos. Tudo isso é uma alta contribuição de valor para a sociedade. Sobretudo no caso dos jovens, podê-los acompanhar na sua formação, colaborando para que cada um desses compreenda a própria especificidade e se reforce no dom do qual a natureza o dotou, é um prazer que enche de satisfação. Para alguns é mais do que ser pai ou mãe: significa colaborar com o projeto da vida. *Aprender como amar o aluno sem cair no transfert que, cedo ou tarde, de um modo ou de outro (quase) todos os estudantes procuram atuar: essa é a arte da docência.*

Cada professor certamente recorda um ou mais docentes que, nos anos de escola ou universidade, tenha “deixado a sua marca” – em sentido positivo – na sua vida. Pessoas da qual tanto foi aprendido e que ainda hoje permanecem na memória em um sentimento de admiração e respeito. Talvez alguns daqueles que estão lendo esse artigo se descobrirem professores graças a um professor especial. A cada um desejo poder ser o mesmo para os próprios alunos, sempre mantendo prudência em relação aos riscos ínsitos na nossa profissão.

Referências

ALIGHIERI, D. **La Divina Commedia** (Lodovico Dolce, Coord.). Venezia: Gabriel Giolito de' Ferrari, 1555. Originale, 1321. *Editio princeps*, 11 aprile 1472.

BULLISMO, nuovo allarme dopo Lucca. A Velletri minacce in classe a professoressa: “Ti sciolgo nell’acido”. **La Repubblica**. 19 abril 2018. Disponível em:

https://www.repubblica.it/cronaca/2018/04/19/news/pugni_in_testa_e_minacce_studenti_bulli_ai_domiciliari-194281671/.

Último acesso em: 25 ago. 2020.

COVIELLO, M. Come deve reagire un professore alle minacce degli alunni? **Vanity Fair**. 19 abril 2018. Disponível

em:

<https://www.vanityfair.it/news/approfondimenti/2018/04/19/lucca-professore-minacciato-da-alunno-video-perche-non-ha-reagito>. Último acesso em: 25 ago. 2020.

LEGAL, A. Delegado de Rio das Ostras começa a ouvir alunos que humilharam professor em sala de aula nesta segunda. **O Globo**. 23 setembro 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/delegado-de-rio-das-ostras-comeca-ouvir-alunos-que-humilharam-professor-em-sala-de-aula-nesta-segunda-23094221>. Último acesso em: 25 ago. 2020.

MENEGHETTI, A. **Dizionario di Ontopsicologia**. 4. ed. Roma: Ontopsicologia Editrice, 2001.

MENEGHETTI, A. **I giovani e l'etica ontica**. 2. ed. Roma: Ontopsicologia Editrice, 2011.

MENEGHETTI, A. **L'Apprendista Leader**. 3. ed. Terni: FOIL, 2014.

MENEGHETTI, A. **L'immagine e l'inconscio**. 3. ed. Roma: Ontopsicologia Editrice, 2003.

MENEGHETTI, A. **L'In Sé dell'uomo**. 5. ed. Roma: Ontopsicologia Editrice, 2002.

MENEGHETTI, A. **La femminilità come sesso, potere, grazia**. 3. ed. Roma: Ontopsicologia Editrice, 2008.

MENEGHETTI, A. **Os jovens e a ética ôntica**. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

PROFESSORA é agredida por aluno dentro de colégio em SC. **Veja**. 24 agosto 2017. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/professora-e-agredida-por-aluno-dentro-de-colegio-em-sc/>. Último acesso em: 25 ago. 2020.

TENENTE, L.; FAJARDO, V. BRASIL é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. De Luiza Tenente e Vanessa Fajardo. **G1**. 22 agosto 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/br>

asil-e-1-no-ranking-da-violencia-contraprofessores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml. Último acesso em: 25 ago. 2020.